

OS FUZILEIROS NAVAIS NO SEGUNDO REINADO

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira *

É lugar comum na sociedade brasileira que o batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais foi a Batalha de Caiena. E por certo o foi. Foram trezentos militares que, recém chegados de Portugal, engajaram-se numa refrega contra as tropas napoleônicas na Guiana, retomando o perdido prestígio português e dando um largo poder de barganha no Congresso de Viena de 1815.

Deve-se ponderar, contudo, que a primeira vez em que tropas anfíbias brasileiras natas lutaram uma guerra ocorreria nas campanhas contra a tirania de Rosas, Aguirre e López. Nessas batalhas, não somente as perdas foram muito maiores, como ficaram claras sua vocação anfíbia e indissociabilidade do elemento naval, sua adaptabilidade para atuar ladeando outras tropas nacionais e internacionais, e sua capacidade de permanência. O período que se espraia de 1831 ao fim da Guerra do Paraguai é uma testemunha da evolução dos fuzileiros e do seu crescente papel como dissuasor estratégico.

O presente artigo tem por objetivo descrever o itinerário evolutivo da tropa anfíbia e expedicionária do Brasil no período do Segundo Reinado, particularmente na Guerra do Paraguai. Utilizar-se-á a pesquisa qualitativa (revisão bibliográfica e documental) como metodologia.

Como resultado apresentar-se-á que o período em questão representou uma forte quebra de paradigma da atuação dos fuzileiros navais, tendo evoluído consideravelmente como uma tropa anfíbia por excelência do Brasil.

PRELÚDIO

Juan Manuel Rosas, General do exército argentino, fora eleito em 1829 para assumir a presidência daquele país, restando como plenipotenciário até 1832. Uma série de desacordos políticos o levaria novamente à presidência em 1835, ocasião em que, governando com mão de ferro e com diversos mecanismos legislativos que aumentaram seu poder ao ponto de um cônsul romano, (Fragoso, 1956a; p. 24), tornou-se ditador, permanecendo no poder até 1852, quando, pela determinação de brasileiros, argentinos e uruguaios, refugiou-se na Inglaterra, vindo a falecer em 1877. Seu desejo de expandir a Argentina aos territórios outrora ocupados pelo Vice-Reinado do Prata envolveria atos de invasões à soberania de países limítrofes, expansão do poder militar argentino e instalação de caudilhos dele como lugar-tenentes.



Tropas da Marinha e Exército Brasileiro durante o cerco de Paysandú, 1865



O General Manuel Oribe⁽¹⁾, eleito presidente uruguaio em primeiro de março de 1835, seria um desses protegidos de Rosas, fato que, no desenrolar dos acontecimentos do mesmo ano⁽²⁾, seria uma forte ameaça à integridade territorial do Império do Brasil.

Os brasileiros tomaram partido na refrega após a assinatura do tratado de 1851. Esta carta previa a ajuda militar entre Brasil, Uruguai, Corrientes e Entre Rios contra a premeditada perfídia de Rosas (Marques, 1940; p. 22). A Armada Imperial seria despachada para a região contando dezesseis navios sob o comando de John Pascoe Grenfell, herói da independência. Após o assalto anfíbio a Montevideu e da Passagem de Tonelero, as tropas anfíbias juntar-se-iam às do General Urquiza, que obrigaram a renúncia de Oribe e desferiram grave golpe em Rosas. A campanha terminaria em 8 de fevereiro de 1852, com um total de oito mortos.

Neste mesmo ano, em 24 de novembro, novo regulamento seria publicado, batizando a tropa anfíbia de Batalhão Naval (que desde 1850 se chamava Corpo de Fuzileiros Navais, um dos dois corpos da Armada Imperial, o outro sendo o de Imperiais Marinheiros), cuja composição constava de “2.216 praças, distribuídas por oito companhias de infantaria e duas de artilharia”, além de 64 oficiais, todos do Corpo da Armada⁽³⁾. Como prenúncio da guerra contra Solano López, em 1853 o Embaixador brasileiro Pedro Leal seria expulso da cidade de Nossa Senhora de Assunção, por uma questão de limites questionados por aquela república. Prontamente, dezenove navios foram destacados para a área, saindo do Rio e subindo o Paraná. As questões de limites foram sanadas e nosso ministro voltou ao lugar de plenipotenciário dos negócios do Brasil no Paraguai.

A denominação da tropa anfíbia já constava ser Corpo de Fuzileiros Navais desde a Lei nº 1.587, de 3 de outubro de 1847, dando o efetivo de 1.870 praças. Segundo Ouro Preto (1981), contudo, a tropa anfíbia precisou passar por uma “transformação para melhor garantir-se a disciplina e a polícia a bordo e para efetuar desembarques, tomar e guarnecer fortalezas.” (p. 60)



Tomada de Sebastopol (1864), obra de Pedro Bruno, localizada no Salão Sebastopol, no prédio do Comando-Geral do CFN

Desde 1843, a preocupação brasileira no Sul forçaria a criação da Divisão Naval do Prata (Gama & Silva, 2018; p. 145). Em 1864, ela estaria sob o comando do Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, Barão de Tamandaré, e contaria com 535 fuzileiros marinheiros como tropas orgânicas, além de 120 em pronto emprego, embarcados, prontos para o desembarque na região (Marques, 1940; p. 28)⁽⁴⁾. Seria esta mesma tropa que, em 22 de novembro, efetuará um assalto anfíbio, junto às tropas de Venâncio Flores, nas Vilas de Melo e Salto, estas vislumbradas como objetivos intermediários para a conquista de Paysandú. O ataque contou com quatrocentos fuzileiros oriundos das canhoneiras “Recife”, “Belmonte”, “Parnaíba”, “Araguari” e “Ivaí”, além de três peças de artilharia (Fragoso, 1956a; p. 169, 170). A 4 de dezembro, constituiriam a vanguarda das tropas de Mena Barreto sobre o Forte Sebastopol (Marques, 1940; p. 30).

Na refrega de Paysandu, contando com 380 militares comandados pelo Capitão de Fragata Salustiano Caetano dos Santos, baixariam 34 mortos e 116 feridos do Batalhão Naval, constituindo cerca de 70% das baixas da Marinha, e 16% das baixas totais brasileiras. Destaca-se que dos 1.500 mortos inimigos, oitocentos eram paraguaios, o que já demonstra o apoio das tropas guaranis aos inimigos do Império. Destaca-se neste combate a atuação do 2º Sargento Francisco Borges de Souza, pertencente à 3ª Companhia de Fuzileiros Navais (Marques, 1940; p. 32). A bandeira imperial tremularia na Fortaleza de Sebastopol em 2 de janeiro de 1865 (Costa, 2005; p. 12).

GUERRA TOTAL

O ato de agressão partiria da república guarani em 23 de dezembro de 1864, com a ordem de invadir, por água⁽⁵⁾ e terra, o Mato Grosso (Fragoso, 1956a; p. 252), sem que possamos olvidar do sequestro do vapor “Marquês de Olinda”, a 12 de novembro. Com as informações a andar a cavalo naquela época, o golpe apenas chegou a São Cristóvão em março e, em abril, o Visconde de Tamandaré participava de sua intenção de subir o Rio Paraná com a esquadra à sua dispo-

sição (Marques, 1940; p. 35). Aos 25 do mês seguinte, às 15h (Fragoso, 1956b; p. 72), seu Chefe de Estado-Maior, Chefe-de-Divisão Barroso, afligiria o primeiro golpe ao ditador paraguaio, conquistando a cidade de Corrientes, tomada pelos paraguaios em 13 abril (Fragoso, 1956b; p. 22), com a participação de 120 fuzileiros navais, sob o comando do Coronel Guilherme Bruce, Comandante da 9ª Brigada do Exército Imperial (Marques, 1940; p. 37).

Um dos grandes desafios do Brasil foi a falta de pessoal que assombrava os Ministros de então, sobretudo para as lides da Marinha. Foi observado o aumento dos prêmios de alistamento, a compra de escravos e sua libertação em caso de alistamento.

Em Humaitá, quartel general de Solano López, estava reunida a maior parte de sua Força Naval ainda disponível (“Tacuary”, “Paraguay”, “Iguerey”, “Iporá”, “Marquês de Olinda”, “Jejuy”, “Salto Oriental”, “Pirabebé”, e seis chatas artilhadas), além de quinhentos homens, preparados para abordagens aos navios da Esquadra Brasileira, que se achavam a jusante de Corrientes (Fragoso, 1956b; p. 83). Por se tratar de uma guerra fluvial, a posse de pontos das margens dos rios garantia o controle de sua navegação, bem como sua negação por parte do inimigo. A forte base paraguaia existente em Riachuelo, “22 baterias de grosso calibre (...) a fuzilaria de mais de dois mil infantes e de numerosos esquadrões de cavalaria” (Marques, 1940; p. 39), oferecia uma grande ameaça aos esforços de avanço do Brasil.

A batalha decisiva tentada por López seria frustrada pelo denodo dos brasileiros no dia 11 de junho. A Batalha Naval do Riachuelo deu à Tríplice Aliança o controle de todo rio a jusante de Humaitá e permitiu o ataque ao Forte de Riachuelo. Dos 515 fuzileiros navais que tomaram parte da refrega, vinte foram mortos. Nessa grande batalha, permaneceram para a história os nomes do Guarda-Marinha Greenhalgh e do Imperial Marinheiro Marcílio Dias, mortos enquanto defendiam o pavilhão nacional na “Parnaíba”.

Longe de bater-se pelo cansaço, as operações continuariam com toda impulsão: aos 18 de junho foi tomado o porto de Vila de Mercedes e, em 10 de agosto, a Vila de Cuevas, contando os fuzileiros com o comando do Primeiro-Tenente João Gomes de Farias. O interregno dado à guerra fluvial para o recebimento dos navios encouraçados manteve os fuzileiros navais com funções de patrulha fluvial e reconhecimento,

quando se destaca o realizado por 73 fuzileiros no reconhecimento de Itapuã, sob as ordens do Barão de Porto Alegre (Marques, 1940; p. 42). Este mesmo tenente teria importante participação nas batalhas que se seguiriam (Curuzu, Curupaiti e Humaitá), sempre à frente das praças do Batalhão Naval.

Em abril de 1866, sob as ordens de Tamarandá e Herval (General Osório), deu-se a tomada de Passo da Pátria e de Itapirú. A atuação dos fuzileiros foi de grande valia para a destruição dos fortes e abertura de brechas no entrenchamento na praia, pois que ocuparam uma ilha, por dez dias, de onde tinham livre o setor de tiro para o apoio de fogo (Marques, 1956b; p. 44). Em maio, trinta praças ocuparam a Ilha Cerrito e estabeleceram uma base para a divisão naval. Ao fim de 1866, restavam 723 praças do Batalhão Naval embarcadas nos navios da esquadra. Destas, cerca de quinhentas construiriam a Estrada de Ferro do Chaco, também chamada de Afonso Celso (nome do Visconde do Ouro Preto, Ministro da Marinha de então), sob a supervisão do Tenente Luís de Paula Mascarenhas. Esta estrada foi muito importante na passagem dos suprimentos entre Porto Palmar e Porto Elisiário, distantes dois mil quilômetros um do outro em linha reta. As diferenças geográficas e obstáculos naturais, contudo, obrigaram a construção de cerca de nove mil quilômetros de linha férrea (Bielinski, 2008; p. 70). Porto Elisiário constituiu-se na base para o assalto à Fortaleza de Humaitá, em 1868. A construção durou pouco mais de um mês. Após a tomada desta praça, a guarnição guarani, oferecendo resistência aos da Tríplice Aliança, refugiou-se na Lagoa Vera com 1.327 homens. O Segundo-Tenente José Porfírio de Souza Lobo comandou as tropas de fuzileiros navais, marinheiros e artilheiros que desembarcaram e ofereceram brava resistência aos paraguaios por sete dias, obrigando-os à rendição em 4 de agosto.

O Batalhão Naval voltaria de suas operações no Prata em 29 de abril de 1871, permanecendo ainda 115 fuzileiros guarnecendo “os estabelecimentos da Marinha no Paraguai” (Marques, 1940; p. 51). Os demais 27 anos que se seguiram de sua existência como tropa do Império do Brasil não observaram a mesma intensidade: ativeram-se os combatentes anfíbios em eventos de garantia da lei e da ordem (no caso do Imposto do Vintém, por exemplo), e na guarda de instalações navais. A falta de combates à vista e a estabilidade regional alcançada fizeram reduzir o efetivo para novecentos militares, ca-



Estrada de Ferro do Chaco (Afonso Celso), construída para contribuir com a passagem de Humaitá

Obra de Lydia Ardente
Acervo: CFN

bendo aos que fossem escusados do serviço 108m² de terras.

CONCLUSÃO

O Segundo Reinado foi um período marcado pela necessidade imperiosa de se delimitar o Estado Nacional, bem como impedir novas separações territoriais, como ocorrido na ocasião da Cisplatina. Problemas internos e externos entrelaçaram-se para que um ambiente beligerante fosse criado. Em dúvidas, o grande momento das forças armadas atuando como um corpo uníssono foi a Guerra do Paraguai, e, antes, as campanhas que se desenrolaram por conta da ambição de caudilhos platinos.

Procurou-se mostrar, neste breve artigo, a transformação, nas palavras do Visconde do Ouro Preto, que foi gerada na formação do Batalhão Naval, criado para a manutenção da disciplina a bordo e para desembarques a viva força. Este Batalhão, em que pese seu pequeno efetivo quando comparado ao disponível na Força Terrestre, teve diversos períodos de glória, tendo sido deveras importante nas grandes batalhas navais, pois que guarnecia os canhões dos navios de nossa esquadra, além de servir de apoio aos desembarques efetivados pelo Exército Imperial. Mesmo assim, ficou clara a necessidade de aumento de efetivo deste corpo anfíbio, bem como de haver navios aptos ao transporte de tropas.

Quedaram em combate neste período 361 combatentes. ■

NOTAS

- (1) Oribe era considerado um herói de guerra na Banda Oriental, por ter batido os brasileiros em Passo do Rosário durante as guerras de independência da antiga Província Cisplatina (Fragoso, 1956a; p. 17).
- (2) Em 20 de setembro de 1835, a revolta regional conhecida como Guerra dos Farrapos seria iniciada. Os revoltosos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul chegariam a proclamar a instalação de uma república (República de Piratini) que buscaria reforços na República do Uruguai, chegando a firmar um acordo de aliança militar em 1841, com a cessão de quinhentos homens e duzentos cavalos para a causa do General Fructuoso Rivera que tentava assenhorear-se do Uruguai, enquanto este lhes prometia dois mil cavalos em apoio à luta dos farrapos contra o Rio de Janeiro (Fragoso, 1956a; p. 44).
- (3) O mesmo regulamento publica o valor dos soldos dos militares. Cabe destacar as diárias recebidas por embarque nos navios (ou seja, fuzileiros embarcados receberiam diariamente \$100, o equivalente a R\$2,50) e ordenanças de admirantes e artilheiros (\$3000 por mês, ou R\$ 75,00).
- (4) Além da Estação Naval do Prata, contava a Marinha com uma Força Naval da Província do Mato Grosso, composta por cinco barcas artilhadas e dezessete canoas (Brasil, 1853, Ap. 8).
- (5) “vapores Tacuarí, Paraguari, Iguerey, Rio Blanco e Yrorá, escunas Independência e Aquidaban; patacho Rosário; lanchões Humaita e Cerra Leon” (Fragoso, 1956a; p. 254).

REFERÊNCIAS

- Brasil. Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha. Relatório do ano 1853, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª sessão da 9ª legislatura pelo Ministro José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco.
- Bielinski, Alba Carneiro. Os Fuzileiros Navais na História do Brasil. Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2008.
- Costa, Almirante Carlos Augusto. Fuzileiros Navais: da praia de Caiena às ruas do Haiti. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2005.
- Fragoso, General Tasso. História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai - vol. 1 Rio de Janeiro: Gráfica Delta Ltda, 1956a.
- Fragoso, General Tasso. História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai - vol. 2 Rio de Janeiro: Gráfica Delta Ltda, 1956b.
- Gama, Edina L. C.; Silva, Jéssica de Freitas G. A atuação da Marinha Imperial no processo de consolidação do Estado Nacional (1824-1852). In Abreu, Guilherme Mattos et al.(org) Marinha do Brasil: Uma Síntese Histórica. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.
- Marques, Anthero Jose. Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais. Duque de Caxias-RJ: Imprensa Naval, 1940
- Ouro Preto, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de. A Marinha d'Outrora (subsídios para a História). 3ª ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.

* Capitão de Corveta (FN), Encarregado do Museu do CFN